

Ideologia e legalidade: os princípios liberais na imprensa (1961-1964)

José Renato Lattanzi*

Resumo

Na primeira metade da década de 1960, o Brasil vivenciou a radicalização de projetos antagônicos de poder. A disputa entre grupos de esquerda e direita teve influência marcante sobre a imprensa, dando às empresas jornalísticas a oportunidade de se posicionarem através de discursos próprios. No que se refere aos jornais cariocas *O Globo* e *Correio da Manhã*, é possível destacar, em cada um, discursos e objetivos distintos. No primeiro, anticomunismo e liberalismo eram partes do mesmo discurso, afirmando uma postura contrária aos movimentos de esquerda. Para o segundo, era fundamental preservar a ordem constitucional, o que, invariavelmente, significava enfrentar posições radicalizadas no seio da sociedade e, em muitos casos, colocava essas publicações em posições absolutamente divergentes.

Palavras-chave: Imprensa, economia liberal, democracia.

Abstract

In the first half of the decade of 1960, Brazil lived the radicalization of antagonistic projects of being able to. The dispute between left groups and right had outstanding influence on the press, giving to the journalistic companies the opportunity of if they position through own speeches. In what refers to the carioca newspapers *O Globo* and *Correio da Manhã*, it is possible to highlight, in each one, speeches and different objectives. In the first, anticomunism and liberalism they were parts of the same speech, affirming a posture contrary to the left movements. For the second, it was fundamental to preserve the constitutional order, which, invariably, it meant to face positions radicalized in the breast of the society and, in many cases, it put that publications absolutely in positions divergent.

Key-words: Press, liberal economy, democracy.

O Brasil da primeira metade da década de 1960 pode ser entendido como um país em permanente crise institucional. Da renúncia do presidente da República Jânio Quadros até a deposição de seu sucessor, João Goulart, o regime democrático experimentou abalos que, em último caso, levariam a sua desestabilização.

Um dos elementos fundamentais para compreender esse momento é, certamente, a análise da atuação da grande imprensa, procurando definir os interesses que moviam essa parcela da sociedade civil em meio à crise do regime. Para tanto, podemos destacar dois jornais, *O Globo* e *Correio da Manhã*, ambos do Rio de Janeiro e legítimos representantes do pensamento liberal democrático. Apesar das semelhanças, a atuação política os colocava, freqüentemente, em campos opostos, o que pode ser bastante útil para a compreensão dos fatos.

Parte da historiografia do período procura afirmar que a grande imprensa atuou em conjunto para desestabilizar o regime. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré, “em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciava as ações militares: toda a grande imprensa, articulada em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão” (SODRÉ, 1999, pp. 470/1).

No entanto, um olhar mais acurado revela, por parte da imprensa, abordagens diferenciadas e até mesmo discordantes acerca da situação política naquele momento.

Não é possível negar que as grandes empresas jornalísticas faziam oposição ao governo Goulart, como, de resto, fizeram com todos os governos democráticos eleitos após a queda do Estado Novo. Contudo, atribuir-lhes uma atuação uniforme e golpista prejudica a compreensão do modo de agir dessa importante parcela da sociedade civil, reduzindo-a enquanto ente político.

Um claro exemplo dessa atuação diversificada é a mudança de posicionamento operada por *O Globo*. Do discurso nitidamente golpista (ABREU, 2001, pp. 2540/4), no governo de Juscelino Kubitschek, o diário da família Marinho adotou, no período imediatamente anterior ao golpe militar, um tom bastante moderado, permitindo-se até mesmo apoiar a concessão de poderes plenos ao presidente da República, com o fim do parlamentarismo. A respeito do tema, o jornal disse em editorial:

O Presidente da República será, indisfarçadamente, o responsável pela coisa pública, não mais podendo ser levados à conta do sistema político em vigor os erros e a ineficiência que muito preocupam a Nação. Em lugar disto poderemos exigir do Sr. João Goulart a realização da obra administrativa que condicionou à volta do

presidencialismo, principalmente nos setores da economia e das finanças e na reconquista da paz social. (*O GLOBO*, Rio de Janeiro, 05.01.1963, 1ª p.)

Assim, o apoio ao presidencialismo revelava a confiança num projeto de governo que pretendia resolver os graves problemas nacionais. A ênfase estava na valorização de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, o que, sem dúvida, atendia às expectativas de um projeto liberal para o país, e, conseqüentemente, ia ao encontro dos interesses do empresariado.

É possível afirmar que a tônica de *O Globo* (como da maior parte da imprensa), nesse período, estava na afirmação de um ambiente favorável ao liberalismo econômico, profundamente identificado com a ideologia norte-americana, em contraposição ao modelo soviético. No entanto, o clima de Guerra Fria presente em seus artigos e editoriais não o colocava, necessariamente, em confronto com Goulart, um presidente identificado com os movimentos de esquerda.

A princípio, o jornal era capaz de manter um relativo equilíbrio ao criticar os movimentos políticos que ameaçavam desestabilizar as instituições democráticas. Por isso mesmo, podia afirmar:

Nosso povo só deseja para o Brasil soluções democráticas. Assim como se opõe aos desvarios de alguns exaltados que procuram uma revolução capaz de afastar-nos do Mundo Ocidental, não suporta a idéia de golpes, ‘impedimentos, quarteladas ou que nome tenham, que nos coloquem na mesma situação de certos países, ainda mais subdesenvolvidos do que nós, onde tudo se resolve com o desfile de alguns tanques pelas ruas das capitais. (*O GLOBO*, Rio de Janeiro, 24.07.1963, 1ª p.)

Cabe destacar a associação que o jornal faz entre ‘golpismo’ e subdesenvolvimento. Fica bastante claro que a preservação dos princípios democráticos era uma das bandeiras da imprensa nesse momento, sempre considerando que essa visão de democracia significava, essencialmente, a preservação de um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e a identificação com o tipo de democracia representada pelos Estados Unidos da América. Assim, até esse ponto, não se pode falar em defesa do golpe por parte dos grandes jornais, mas essa postura iria mudar em virtude da crescente radicalização dos grupos políticos.

A deterioração da economia e a movimentação de grupos de esquerda que, em ritmo crescente, exigiam a realização das reformas sociais e econômicas, levaram à reação de parte da imprensa. Em 25 de outubro de 1963, *O Globo* anunciava que, a partir daquela data, as *Rádios Globo*, *Jornal do Brasil* e *Tupi* estariam unidas, “defendendo o regime e a Constituição e para esclarecer os menos avisados sobre a campanha que os comunistas e outros agitadores fazem para perturbar

os espíritos, enfraquecer as instituições e substituí-las por outras, de caráter totalitário” (*O GLOBO*, Rio de Janeiro, 25.10.1963, 1ª p.).

Embora seja impossível falar de um movimento articulado pela destituição do presidente da República, é inegável que essas empresas jornalísticas ao produzir um programa radiofônico diário, publicando no dia seguinte os textos daí resultantes, buscavam mobilizar a população em torno de uma causa. No caso, categorizar os grupos de esquerda como agitadores manipulados por agentes do comunismo internacional, o que exigiria atitudes enérgicas por parte das autoridades e a condenação de toda a sociedade.

A posição do *Correio da Manhã* segue outra direção. Esse jornal notabilizou-se pelo compromisso com a ordem constitucional (ABREU, 2001, pp. 1625/32) e, nesse momento, manteve a coerência em suas atitudes. Diferentemente de seus congêneres, o diário insistiu na condenação dos grupos que, à direita e à esquerda, buscavam radicalizar o processo político, minando o campo democrático. Em fevereiro de 1964, dizia:

Verificamos, com pesar que a palavra Democracia também serve de pretexto para uma série de manobras, muitas vezes contra a própria democracia. Justamente a chamada vigilância em torno das instituições já degenerou em ameaça permanente a elas brincando-se com veleidades golpistas e cultivando-se com ternura o golpismo da Esquerda para justificar o golpismo da Direita (*CORREIO DA MANHÃ*, Rio de Janeiro, 15.02.1964, p. 6).

O jornal era bastante claro ao demonstrar que a preservação da democracia não era preocupação dos grupos em disputa pelo poder político. E responsabilizava igualmente a todos pela instabilidade institucional que já dominava o país. Corroborando essa afirmação, Jorge Ferreira diz a respeito do momento imediatamente anterior ao golpe de 1964:

A questão democrática não estava na agenda da direita e da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender os seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. (FERREIRA, 2003, p. 400).

Dessa forma, é possível entender o *Correio da Manhã* como uma voz isolada, buscando o equilíbrio em meio a um ambiente de desestruturação do regime. O que distingue esse jornal dos demais é, fundamentalmente, a preocupação com a legalidade constitucional.

Adotando outro sentido, *O Globo*, assim como o resto da imprensa, considerava legítima qualquer atitude que garantisse a vitória contra o comunismo, admitindo mesmo que “por mais forte que seja o apego dos brasileiros ao regime democrático e à legalidade, mais forte ainda é o

instinto nacional de conservação”, assegurando que tudo seria feito para obter a paz, “ainda que seja preciso sacrificar aqueles que a tornam impossível, por convivência criminosa ou temor às esquerdas”. (*O GLOBO*, Rio de Janeiro, 30.09.1963, 1ª p.).

Nesse momento, já era evidente que os setores conservadores admitiriam até mesmo o uso das Forças Armadas para restabelecer a ordem, ainda que isso significasse a destituição do presidente da República, como fica evidenciado no texto acima. Embora esse não pareça ser o objetivo principal desses grupos, era uma hipótese que não deveria ser descartada, cabendo à imprensa a função de esclarecer os motivos que permitiram a medida extrema.

O que distinguia, fundamentalmente o *Correio da Manhã* dos demais jornais, nesse momento de crise, era a capacidade de entender que a ordem democrática estava sob ameaça e que nenhum ato de força asseguraria sua preservação. Dias antes do golpe militar, editorial alertava para o perigo da disputa radicalizada entre esquerda e direita:

A classe média é hoje a mais ameaçada de todas, politicamente. Está sendo carregada dos dois lados e – lamentamos a necessidade de dizê-lo - parte considerável da classe média parece disposta a aderir aos radicais da direita. Mas isso não evitará uma eventual vitória da esquerda e, por outro lado, colocaria a classe média, no caso de vitória das direitas, sob uma ditadura pior que aquela da qual em 1945 se libertou. (CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 08.03.1964, p. 6).

Essa análise premonitória tinha como base sua preocupação com os princípios legais e democráticos, cada vez menos considerados pelos grupos em disputa pelo poder. Para o jornal, acima do ambiente econômico estava a Constituição e tudo aquilo que ela representava para a sociedade.

É bem possível que tenha sido essa preocupação o motivo para que o *Correio da Manhã* viesse a se colocar entre aqueles que pediram a destituição de Goulart. A partir do momento em que o presidente adotou uma posição mais clara e firme em favor das teses da esquerda, no Comício da Central do Brasil (realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, sob os auspícios da Central Geral dos Trabalhadores), o jornal passou a considerar que o governo estaria disposto a desrespeitar as normas constitucionais.

Ironicamente, os editoriais “Basta” e “Fora”, publicados pelo *Correio da Manhã*, respectivamente, em 31 de março e 1º de abril de 1964, seriam vistos como prova incontestada de que a imprensa, em bloco, apoiara o golpe militar (SODRÉ, 1999, pp. 471). No entanto, a leitura

de ambos os textos revela unicamente o interesse na manutenção da ordem constitucional, que teria sido ameaçada pelos últimos atos do governo.

Equivocada ou não a interpretação feita pelo jornal, é possível afirmar que o *Correio da Manhã* via a democracia como um valor além dos aspectos ideológicos e que deveria ser mantido acima das disputas políticas. Isso já era suficiente para destacá-lo entre os demais órgãos da imprensa.

Fontes

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, agosto, 1961 / abril, 1964.

O GLOBO. Rio de Janeiro, agosto, 1961 / abril, 1964.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de, ... [et alii.] (coord.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*, in Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano*, Vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad, 1999.